



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL

Edson de Souza
Edson Souza
Vereador - 1º Secretário

REQUERIMENTO Nº 22, DE 2026.

(Proponente: Comissão de Indústria e Comércio)

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Recebido em: 30/01/26

Protocolo

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascavel.

A Comissão de Indústria e Comércio nos termos que regem o art. 64, IV do Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER, seja encaminhado expediente à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, solicitando as seguintes informações acerca do Projeto de Lei nº 163, de 2025, que dispõe sobre a concessão do benefício da meia-entrada em eventos culturais, artísticos, esportivos, cinematográficos e de lazer aos trabalhadores responsáveis pela limpeza urbana (garis) no âmbito do Município de Cascavel, e dá outras providências.

1. Há estimativa de impacto financeiro da concessão da meia-entrada nos eventos esportivos e de lazer sob responsabilidade, apoio ou fomento da Secretaria, indicando, se possível, parâmetros utilizados?
2. Quantos e quais eventos esportivos e de lazer, organizados, apoiados, fomentados ou realizados em espaços públicos sob gestão da Secretaria, seriam diretamente impactados pela concessão do benefício da meia-entrada prevista no projeto?
3. A Secretaria entende que a concessão da meia-entrada aos garis é operacionalmente viável, considerando os mecanismos de controle, fiscalização e comprovação da condição de beneficiário nos eventos?
4. Há posicionamento institucional favorável, contrário ou com ressalvas em relação ao Projeto de Lei nº 163, de 2025, com eventuais ressalvas de ordem econômica, administrativa ou operacional?

É o que requer. Sala da Comissão de Constituição e Justiça.
Cascavel, 29 de janeiro de 2026.

Xavier
Xavier
Vereador/Republicanos
Presidente

Contador Mazutti
Contador Mazutti
Vereador/PL
Secretário

Everton Guimarães
Everton Guimarães
Vereador/DEMOCRATA
Membro

Justificativa

Justifica-se o presente requerimento para subsidiar os trabalhos desta Comissão, assegurando uma análise responsável quanto aos impactos econômicos, administrativos e setoriais da proposição legislativa.

